

Conflitos em Curso: a Rivalidade Indo-Paquistanesa e o Controle dos Recursos Hídricos

JÚLIA MEDEIROS E
NICOLAS KOELLER

A rivalidade entre Índia e Paquistão é um dos conflitos mais duradouros e complexos do sistema internacional contemporâneo, em mais de sete décadas de disputas territoriais, religiosas e estratégicas. Desde a partição do subcontinente indiano em 1947, a questão da Caxemira tornou-se o epicentro da instabilidade no Sul da Ásia, impulsionando guerras, corridas armamentistas e crises diplomáticas que desafiam os limites da atuação multilateral. No contexto atual, esse antagonismo ganha novas dimensões ao se entrelaçar com questões ambientais e hídricas, especialmente diante das mudanças climáticas que agravam a escassez de recursos e intensificam a competição por poder e sobrevivência.

Diante disso, esta análise propõe discutir o conflito indo-paquistanês à luz das limitações do multilateralismo contemporâneo, examinando como as dinâmicas geopolíticas, históricas e ambientais revelam a ineficiência das instituições internacionais em atuar de forma decisiva na promoção da paz e da cooperação regional. O estudo considera, em particular, a disputa pela Bacia do Rio Indo como um eixo estruturante da rivalidade, na medida em que o controle dos recursos hídricos se converte em instrumento de poder e coerção. Dessa maneira, busca-se demonstrar que, embora o multilateralismo pós-Segunda Guerra Mundial tenha sido concebido como mecanismo de estabilidade e cooperação global, sua eficácia permanece limitada diante de interesses nacionais, rivalidades regionais e dos novos desafios transnacionais impostos pelas mudanças climáticas.

A ineficiência multilateral na resolução do conflito

A longa duração do conflito entre esses dois países demonstra uma ineficiência de longa data do multilateralismo em atuar de forma decisiva na

construção da paz no Sul da Ásia. Dessa forma, a ideia de crise multilateralismo como fenômeno recente é posta em questão com a rivalidade indo-paquistanesa. Simultaneamente, sob outra ótica, é possível evidenciar uma crise do multilateralismo, já que a capacidade dessas instituições de influenciar as condições da contenda, por exemplo, evitando escaladas ou efeitos agravantes, vem sendo reduzida ao longo do tempo, ainda que não se observe alteração na capacidade do multilateralismo em encontrar uma solução que institua paz duradoura.

A rivalidade afeta não somente as partes beligerantes, mas sim a região como um todo, uma vez que, além de três guerras (Primeira Guerra da Caxemira, Segunda Guerra da Caxemira e Guerra de Independência do Bagadlesh), ela é marcada por constantes enfrentamentos nas fronteiras dos dois países, o que prejudica a cooperação e os fluxos econômicos na Ásia do Sul. Na perspectiva liberal, tal conjuntura reduz os proveitos colhidos por todos os Estados da região que se beneficiariam de uma maior interconexão econômica (Waggy; Hassan, 2023). Nesse cenário de disputa constante, desde a primeira guerra entre as partes, a Caxemira tornou-se central, dominando as relações entre os dois por décadas. Dessa forma é necessário questionar a razão da longevidade da beligerância que é tão negativa para o Sul da Ásia.

Uma análise realista da questão apontaria para a assimetria de poder existente entre Índia e Paquistão, responsável pelo temor dos paquistaneses quanto à sua segurança dentro do sistema anárquico e, conseqüentemente, pelas tentativas destes de equilibrar a balança de poder com o país rival. Seria um exemplo clássico de rivalidade interestatal centrada na busca por poder afirmada na lógica da autoajuda e na vontade de concretizar os respectivos interesses nacionais. Por outro lado, uma interpretação construtivista se voltaria para a noção de construção de identidades nacionais incompatíveis. Já a visão paquistanesa é derivada da "Teoria de Duas-Nações", a qual entende como impossível a coexistência pacífica de hindus e islâmicos em um mesmo Estado. Seguindo essa lógica, a identidade do Paquistão é estabelecida sobre um enfoque étnico-religioso, enquanto a da Índia ampara-se em um nacionalismo secular e democrático, em oposição a um regime que se expressa através de uma separação étnico-religiosa rígida (Michael, 2018).

Essas são as razões endógenas aos dois Estados

beligerantes para a persistência da disputa. Todavia, elas não explicam o motivo das instituições multilaterais não terem interferido na questão em favor da paz. O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) aprovou uma resolução em relação a Caxemira em 1948, a qual a Índia recusou-se a seguir (Ranjan, 2011); outras resoluções e mediadores da ONU atuaram sem eficácia duradoura; o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e outros acordos de objetivo análogo foram ignorados por Nova Delhi e Islamabad. Considerando esse contexto, quais seriam as razões para tal ineficácia multilateral?

A principal justificativa, com amparo na história e na teoria realista, seria a dos interesses das grandes potências relativos ao conflito ou às partes que participam dele. Durante o período da Guerra Fria, os Estados Unidos da América (EUA) entenderam que o Paquistão seria um país-chave para conter a influência da União Soviética (URSS) na região, restringir a política de não-alinhamento da Índia e contrabalancear o nacionalismo iraniano após a queda do Shah (especialmente na Ásia Central). Assim, os EUA forneceram assistência econômica e militar a Islamabad, o que fez com que a Índia se aproximasse, por sua vez, da URSS, garantindo a ineficácia do CSNU sobre a temática (Wojczewski, 2014).

Após o fim da Guerra Fria, o interesse dos EUA no Sul Asiático foi reduzido. Contudo, a ascensão da China garantiu que ao menos uma grande potência permaneceria com interesses na questão, especialmente pois ela obteve o controle de parte do território que a Índia reivindica após delimitar as fronteiras com o Paquistão. A crescente rivalidade sino-estadunidense fez com que os EUA tornassem a se interessar pelo conflito, apoiando a Índia frente ao eixo China-Paquistão. Garantiu-se, portanto, que o CSNU não seria efetivo mantendo dois membros do P5 em lados contrários da contenda. Além disso, tal estado da geopolítica produziu a permanência de tensões entre ambas as partes mesmo com a reconfiguração global de forças.

É notável que, apesar da limitação histórica do multilateralismo, houve uma atuação efetiva para evitar a escalada do conflito em determinados momentos. Em 1948, o cessar-fogo determinado pelo CSNU foi respeitado e evitou uma maior escalada, mesmo que as determinações relativas à Caxemira tenham sido ignoradas. Em 1971, após a Guerra do Bangladesh, a atuação da ONU foi fundamental para evitar o recrudescimento das tensões que poderiam ter emergido

da gestão dos prisioneiros de guerra ao final da confrontação. Essa habilidade parece ter se perdido nas últimas décadas, com as instituições multilaterais falhando em sequer mitigar fatores da rivalidade e os países preferindo a tentativa de solucionar a questão bilateralmente (Ranjan, 2011).

É interessante também destacar que duas das principais alternativas sugeridas ao multilateralismo tradicional do pós-Segunda Guerra, o regionalismo e o chamado “novo multilateralismo” (mais flexível e adaptado ao mundo multipolar), parecem ineficazes na resolução deste conflito até o momento. A Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC) tem seu funcionamento comprometido pela pugna entre seus dois maiores membros com diversos encontros da organização sendo boicotados por pelo menos um deles (Waggy; Hassan, 2023). A Organização para Cooperação de Xangai, exemplo do “novo multilateralismo”, contando com Índia e Paquistão como membros, tem sido utilizada por ambos como forma de tentar coibir o outro, seja pela formação de agenda dentro da organização, seja pela execução de pressão diplomática com ajuda das potências membras, Rússia e China. Além disso, o caráter flexível desse tipo de organização evita que sejam endereçadas questões consideradas sensíveis por seus membros, de modo que os sul-asiáticos podem manter a Caxemira fora da agenda.

Isto posto, o longo palco de disputa que se configura como a região de Caxemira encontra agora, para além das questões étnico-religiosas, entraves territoriais vinculados ao controle estratégico dos recursos hídricos, intensificados pelas mudanças climáticas. Anteriormente, as soluções multilaterais se mostraram lânguidas por meio de arranjos interestatais e influências externas. O cenário atual incorpora a governança hídrica, cujas tensões são aprofundadas entre Índia e Paquistão.

Disputa hídrica como propulsora de tensões geopolíticas

Recentemente, a rivalidade Indo-paquistanesa tem ganhado novas dimensões para além daquelas que marcam a questão tradicionalmente, trazendo novos desafios à construção de uma paz duradoura e à intervenção multilateral efetiva. Entre elas se destacam as mudanças climáticas, como demonstram Munir, Khalid e

Shahkrukh, que aumentam a pressão sobre os recursos hídricos de ambos os países de modo a tornar ainda mais importante o controle da região da Caxemira, rica em recursos dessa categoria. Além disso, é uma pauta que expõe, mais uma vez, a perda da capacidade mitigadora do multilateralismo diante do conflito em questão, uma vez que há uma dificuldade em elaborar medidas eficazes diante das mudanças climáticas e de assegurar o cumprimento de seus princípios.

Índia e Paquistão enfrentam crescente escassez hídrica, impulsionada tanto pelo aumento populacional quanto pelas mudanças climáticas, e essa pressão se intensifica porque a Caxemira, região onde estão localizadas as cabeceiras dos principais rios compartilhados, incluindo a Bacia do Indo, tornou-se o principal espaço de rivalidade entre os dois países (Munir; Khalid; Shahkrukh, 2021). No que tange à demarcação de fronteiras no final de 1947, a Índia anexou territórios de maioria muçulmana, ficando com a região ribeirinha montante, ou seja, conferindo maior controle fluvial a Nova Délhi. Em contrapartida, restou ao Paquistão a região ribeirinha jusante, com a direção rio abaixo. Dessa forma, foi estabelecida a forte dependência paquistanesa dos canais controlados pela Índia.

Com o intuito de garantir um espaço de cooperação em relação à gestão compartilhada dos recursos hídricos, Índia e Paquistão assinaram, em 1960, o Tratado das Águas do Indo (Indus Water Treaty - IWT), sob mediação do Banco Mundial (Vater, 2021). Entretanto, nas últimas décadas, o Paquistão passou a interpretar a construção de barragens e projetos hidrelétricos por parte da Índia, nas cabeceiras dos rios ocidentais, como uma violação do acordo (Raazia, 2022). A ferramenta de controle hídrico utilizado pela Índia, com a viabilidade de interromper o fluxo do rio por meio das barragens na Caxemira, serve para manter o país vizinho sob pressão, além de comprometer a agricultura do Paquistão, o que, por consequência, afeta negativamente a sua segurança alimentar e energética, com impactos diretos em sua economia. Nesse sentido, a competição em prol do controle hídrico pode acabar resultando em uma guerra pela água.

O principal recurso fluvial do Paquistão, a Bacia do Indo, possui seu reabastecimento advindo do derretimento das geleiras do Himalaia. Em virtude das mudanças climáticas, os ciclos de secas e cheias tornaram-se mais irregulares e intensos, prejudicando a produtividade agrícola. Somado a isso, o relatório realizado pelo Fundo Monetário

Internacional (FMI) demonstrou que, em 2015, a infraestrutura hídrica limitada do país garantiria o abastecimento para somente 30 dias, enquanto a Índia disporia da capacidade de armazenamento equivalente a aproximadamente 220 dias, graças a uma rede de barragens e reservatórios mais desenvolvidos.

Assim, a tensão entre esses dois Estados é cada vez maior e implica na segurança regional. Para Vater (2021), o objeto de nacionalismo desenvolvimentista tomou a forma da água, e as relações entre Índia e Paquistão estão sendo remodeladas devido ao poder hídrico. Com base nos estudos dos autores Zahoor & Huma (2024), a disputa hídrica não se limita a questões de acesso, mas se insere em estratégias mais amplas de competição regional. No caso indo-paquistanês, o controle de canais adquire valor político e militar ao evidenciar como o meio ambiente se tornou um vetor de poder e vulnerabilidade simultaneamente.

Para além de uma crise bilateral, a disputa hídrica entre Paquistão e Índia revela as fragilidades do multilateralismo contemporâneo. Embora o direito humano à água tenha sido reconhecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2010, e essa iniciativa estabeleça o dever dos Estados de assegurar o acesso equitativo à água potável, os mecanismos multilaterais se mostram ineficientes frente às dinâmicas de poder e securitização que permeiam o conflito. Nesse sentido, a disputa pelas águas do Indo reafirma a contradição do multilateralismo: ao mesmo tempo em que propõe a cooperação global, ele esbarra na resistência dos Estados em renunciar parcelas de soberania sobre recursos, sobretudo quando esses recursos estão em declínio e se tornam instrumentos de poder regional. Ademais, essa postura reflete que as normas internacionais diante dos interesses estratégicos nacionais assumem um caráter mais declaratório do que efetivamente vinculante. Assim, o caso indo-paquistanês ilustra como o multilateralismo falha em transformar princípios universais em cooperação concreta, trazendo à tona uma assimetria na governança global agravada pelo surgimento de novos desafios.

Considerações Finais

Em um cenário de percepção ampla de uma crise do multilateralismo, especialmente frente aos conflitos que ocorrem ao redor do globo, o estudo da rivalidade longa entre Índia e Paquistão, é de particular interesse. Como

podemos observar, esse conflito ilustra de maneira evidente a principal limitação enfrentada pelo multilateralismo construído ao final da Segunda Guerra Mundial: a sua incapacidade de agir sem que considere o interesse nacional das grandes potências, de modo que todo aparato multilateral pode ser paralisado por elas, seja pelo seu poder de veto dentro do CSNU, da sua capacidade de pautar agenda dentro de outros organismos ou do poder de impedir o financiamento de instituições multilaterais.

Se anteriormente as instituições multilaterais foram capazes de evitar maiores escaladas do conflito e mitigar fatores agravantes, cada vez mais percebe-se que sequer lidar com componentes que levam ao acirramento da disputa está dentro das habilidades do multilateralismo. Dentre esses fatores destaca-se o hídrico, que torna-se um elemento cada vez mais significativo da rivalidade, o que faz com que o multilateralismo se veja incapaz de fazer valer seus princípios universalistas de segurança humana ou de estabelecer uma ação conjunta para conter as mudanças climáticas e seus efeitos. Simultaneamente, as possíveis alternativas ao multilateralismo tradicional mostram, até o momento, inaptidão, uma vez que suas configurações evitam que tais temáticas sejam pautadas.

O prognóstico é negativo para o futuro próximo, especialmente com um acirramento das tensões geopolíticas na região e ao redor do globo. Em larga medida esse fenômeno se deve à deterioração da relação entre China e Estados Unidos, o que se reflete diretamente na região com o interesse de tais potências. Ademais, as mudanças climáticas agravam ainda mais a pressão sobre os recursos hídricos regionais, especialmente sobre o Paquistão. Dessa maneira, a tendência é de manutenção da situação de antagonismo, com escaladas eventuais, como a observada em 2025.

Referências

JAMALI, A. B.; LIU, Hongsong. India in contested regional multilateralism: Between seeking institutional balancing and avoiding rising power dilemmas. **Pacific Focus**, v. 39, n. 2, p. 332–360, 2024.

MICHAEL, A.. Realist–Constructivism and the India–Pakistan Conflict: A New Theoretical Approach for an Old Rivalry. **Asian Politics & Policy**, v. 10, n. 1, p. 100–114, 2018.

MUNIR, K., KHALID, I., & SHAHRUKH, M. W. Water conflict between Pakistan and India: Implications to regional peace and security. **Journal of Humanities, Social and Management Sciences (JHSMS)**, v. 2, n. 2, p. 255–270, 2021.

RANJAN, A. India–Pakistan: Failed in the Field and Across the Table. **Pakistaniaat: A Journal of Pakistan Studies**, v. 3, n. 3, 2011.

RIZVI, H. Pakistan and India: Divergent Goals and Bilateral Relations. In: **Pakistan and the Geostrategic Environment: A Study of Foreign Policy**. London: Palgrave Macmillan UK, 1993. p. 18–49.

SHABBIR, S. Pakistan slams India’s bypassing of Indus Waters Treaty in flood warning. **Arab News**, Islamabad, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://www.arabnews.com/node/2612965/pakistan>. Acesso em: 27 out 2025.

UNITED NATIONS. Water. New York: **United Nations**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.un.org/en/global-issues/water>. Acesso em: 27 out 2025.

VATER, J. J. The Indus Waters Treaty: Prospects for India–Pakistan Peace. Singapore: **Institute of South Asian Studies (ISAS)**, 23 jun. 2021. Disponível em: <https://www.isas.nus.edu.sg/papers/the-indus-waters-treaty-prospects-for-india-pakistan-peace/>. Acesso em: 28 out 2025.

WAGGY, M. M.; HASSAN, K. W. Antagonistic States in Multilateral Forums: India and Pakistan in SAARC and SCO. **Cappadocia Journal of Area Studies**, v. 5, n. 2, p. 110–126, 2023.

WOJCZEWSKI, T. The persistency of the India–Pakistan conflict: Chances and obstacles of the bilateral composite dialogue. **Journal of Asian Security and International Affairs**, v. 1, n. 3, p. 319–345, 2014.

ZAHOOR, I., & HUMA, Z. Exploring the Pakistan–India Water Dispute in the Context of Climate Change: An Environmental Security Perspective. **Journal of Development and Social Sciences**, v. 5, n. 1, p. 359–368, 2024.